

Orçamento fiscal definirá subsídios

por Cláudia Sáfadi
de Brasília

O orçamento fiscal para o exercício de 1985 — que está sendo elaborado com uma estimativa inicial de Cr\$ 63 trilhões — já deverá trazer embutido todos os gastos com os subsídios financeiros às exportações e à agricultura. Esta é uma orientação expressa do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. E o governo procura criar condições para viabilizar tal operação através de algumas providências, que serão adotadas no curto e no médio prazo, como: transferir para a rede bancária privada os créditos à exportação; equalizar a taxa de custeio agrícola com os custos de mercado; e sanear o débito da Previdência junto ao sistema financeiro privado — de Cr\$ 400 bilhões — com recursos orçamentários deste ano.

Essa recomendação — de pagar os subsídios com dinheiro dos impostos — era um dos objetivos básicos do governo Figueiredo na área financeira, e somente após seis anos de gestão é que ela se transformará num fato concreto, importante política e economicamente: primeiro por deixar claro no único documento que passa pela aprovação parlamentar o quanto dos impostos pagos pela sociedade que se reverte em subsídios e, segundo, pelo enorme desafio que essa providência representa para a administração do orçamento monetário.

DEMANDA DE CRÉDITOS

Com a transferência dos créditos à exportação para os bancos privados — que recarregam com uma deman-

da apenas de créditos com liberação atrasada de Cr\$ 700 bilhões —, cobrando uma taxa que hoje se situa na faixa de 25% (custo de mercado), os exportadores passam a operar com juros de 15%, e o Tesouro Nacional fica com os 10% restantes (ver página 18). Isso significa que o subsídio que o governo concedia às exportações cai para menos da metade. Passa de algo próximo a Cr\$ 160 bilhões para apenas Cr\$ 70 bilhões, considerando correção monetária mais 25% a taxa de juros cobrada pelo sistema privado, cifra que somente baterá nos cofres da União a partir de 1985, pois as operações têm prazo de vencimento de 180 dias.

Para contornar essa armadilha sem pressionar as taxas de juros, o governo acenou aos bancos privados com uma medida saborosa: o Tesouro Nacional bancará a dívida de Cr\$ 400 bilhões que o Iapás mantém junto às instituições financeiras. A vantagem dessa operação, para o governo, é que esse débito não implicará pressões monetárias adicionais por uma razão, que foi explicada a este jornal por uma categorizada fonte oficial: os repasses do Banco Central para o setor exportador totalizaram ao final do ano passado Cr\$ 1 trilhão. São créditos que estão vencendo neste ano e que devem representar um retorno de aproximadamente Cr\$ 500 bilhões ao caixa do Banco Central nos próximos seis meses.

RETORNO MAIOR

Como esse retorno é Cr\$ 100 bilhões a mais do que o Tesouro dispenderá com a dívida da Previdência e, ao

mesmo tempo é um dinheiro que não será mais reaplicado, ficaria, assim, uma contração líquida de oferta monetária equivalente aos Cr\$ 100 bilhões e o governo se desfaz de uma pedra no sapato, que é a dívida do Iapás. Resta, entretanto, conformar a retirada paulatina de Cr\$ 400 bilhões do orçamento fiscal deste ano para sanear essa conta previdenciária. E é nisso que os técnicos do Banco Central estão trabalhando agora.

Toda a direção do governo é, portanto, de encolher as despesas com os subsídios para enquadrá-los no próximo orçamento fiscal e dar ao orçamento monetário melhores condições de manejo. Somando todas as operações de financiamento que saem do

orçamento monetário e vão para a rede privada, o governo deixará de gastar uma cifra excepcional: cerca de Cr\$ 2,5 trilhões com os créditos às exportações, financiamentos à "warrantagem" (armazenagem) de açúcar e comercialização do café.

Essa é a proposta do Banco Central, contida num estudo do diretor do crédito rural e industrial, José Kleber Leite de Castro, que foi encaminhado ao Comitê de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos (Comor). No documento sucinto elaborado por Kleber, ele deixa claro que a equalização — termo que subentende equiparar a taxa atualmente favorecida às taxas praticadas no mercado pelo sistema financeiro

— deve ser aplicada em qualquer região e em quaisquer circunstâncias.

RECURSOS SUFICIENTES

O próprio ministro da Agricultura, Nestor Jost, ponderou, entretanto, à repórter Vera Brandimarte, deste jornal, que o orçamento da União "não tem disponibilidade suficiente de recursos para subsidiar a agricultura". Mas adiantou que tal decisão dependerá do diferencial de taxa que o governo se propõe a subsidiar. "É mais equânime cobrir diferença de juros no Nordeste, que passou cinco anos de seca", como observa o ministro, lembrando o tamanho das dificuldades do orçamento da União, que, neste ano, transferirá ao monetário uma cifra substancial — cerca de Cr\$ 6 trilhões —, mas que será utilizada apenas para manter a dívida interna, segundo ele.